



ANEXO VII

- CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº FUMCULT19/2025.

Processo Administrativo 12/2025.

Que entre si celebram, de um lado, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, LAZER E TURISMO/ FUMCULT, inscrita no CNPJ sob o nº. 19.141.308/0001-85, Inscrição Estadual Isenta e Inscrição Municipal nestesediada na Alameda Cidade de Matozinhos de Portugal, 153 - Basílica - Congonhas - MG, ato representada por seu Diretor Presidente: Pedro Geraldo Cordeiro, casado, Servidor Público Municipal, portador da cédula de identidade MG-3.062.541.SSP/MG, inscrito no CPF: sob. Nº613.935.689-53 residente e domiciliado na rua Veneza, nº89 Vila Andreza, Congonhas/MG, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado e empresa ECM Comercial e Serviços LTDA, inscrita no CNPJ, sob o nº07.680.470/0001-92 sediada na Avenida Rua São Geraldo nº129, em Bairro Bom Jesus em Congonhas MG, neste ato representada por: Elcio Carlos Machado, casado, CPF:520.540.476-00 conforme atos constitutivos da empresa inscrito(a) no CNPJ/MF doravante designado CONTRATADO, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decretos municipais que regulamentam a aplicação da Lei de Licitações no município e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica n.05/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II da 14.133/2021)

A presente contratação tem por objeto a aquisição de eletrodomésticos, por meio de empresa especializada, destinados ao atendimento das necessidades da Fundação Municipal de Cultura (FUMCULT) e de seus equipamentos culturais, visando: melhorar o funcionamento interno da instituição, oferecer apoio a eventos culturais e turísticos, atender às demandas administrativas dos colaboradores, proporcionar suporte adequado às atividades culturais, artísticas e de atendimento ao público.

Especificação dos Itens Solicitados

1.1 Descrição:

Item	Descrição Detalhada	Unidade	Quantidade	valor
1	Microondas capacidade mínima de 20 litros, cor branca, potência mínima 700W, 110v com funções de descongelar, aquecer e cozinhar (opcional), baixo consumo de	unid.	6	

	energia			
2	Microondas capacidade mínima de 20 litros, cor branca, potência mínima 700W, 220v ou bivolt com funções de descongelar, aquecer e cozinhar (opcional), baixo consumo de energia	unid	2	
3	Geladeira 2 portas, sistema frost free, capacidade mínima 200 litros, cor branca, prateleiras reguláveis, gaveta para legumes, 110v	unid.	2	
4	Frigobar capacidade mínima 90 litros, cor branca, prateleiras removíveis, compartimento de congelador, baixo consumo de energia, 110v	unid.	2	
5	Televisor tela LED 50 polegadas, resolução ultra HD 4K, entradas HDMI e USB, compatível com suporte de parede, controle remoto, baixo consumo de energia. Smart, visual livre de cabos; espelhamento da TV, espelhamento de áudio; conectividade HDMI, USB; entrada de componente AV, Ethernet lan, saída de áudio digital; aplicativos pré instalados; cor preto; bivolt	unid.	2	
6	Sanduicheira Grill, Cor Preta ou inox, Voltagem: 110V ou bivolt, Potência igual a 750 W ou superior, com capacidade de duas unidades, Material da chapa: Antiaderente, Lâmpada com indicação de funcionamento, Lâmpada com indicação de lanche pronto, Alça para transporte, Trava de segurança, Aprovado pelo	unid.	3	

	INMETRO.			
7	Sanduicheira Grill, Cor Preta ou inox, Voltagem: 220V ou bivolt, Potência igual a 750 W ou superior, com capacidade de duas unidades, Material da chapa: Antiaderente, Lâmpada com indicação de funcionamento, Lâmpada com indicação de lanche pronto, Alça para transporte, Trava de segurança, Aprovado pelo INMETRO.	unid	1	
8	Chaleira Elétrica Voltagem: 220V ou bivolt; Potência: 1500W; Capacidade: 2L; Desligamento automático ao atingir fervura; Certificações de Segurança: Deve estar em conformidade com as normas técnicas vigentes e possuir certificação do INMETRO	unid	1	
9	Chaleira Elétrica Voltagem: 110V ou bivolt; Potência: 1500W; Capacidade: 2L; Desligamento automático ao atingir fervura; Certificações de Segurança: Deve estar em conformidade com as normas técnicas vigentes e possuir certificação do INMETRO	unid	1	
10	Desumidificador de Ar industrial, Descrição Técnica: Alimentação(V): Bivolt ou 220V; Desumidificação (litros/dia): 12L/D 30° 0% U.R; Possui conector de dreno; Tipo de motor: Compressor hermético alternativo; Capacidade do Compressor: 1/10 HP – 1020 Btu's; Gás refrigerante compressor: R134a; Temperatura ideal de trabalho: 17°C a 35°C; Defrost:	unid	3	

	Sim possui; Ruído: 40db; Vazão de ar/hora: 100 m³/h; Garantia: 1 Ano; Certificado: INMETRO. Acessórios inclusos: Manual de instrução;			
11	Desumidificador de Ar industrial, Alimentação(V): Bivolt ou 127V; Desumidificação (litros/dia): 25L/D 30° 0% U.R; Possui conector de dreno; Tipo de motor: Compressor hermético alternativo; Capacidade do Compressor: 1/10 HP – 1020 Btu's; Gás refrigerante compressor: R134a; Temperatura ideal de trabalho: 10°C a 35°C; Defrost: Sim possui; Ruído: 50db; Vazão de ar/hora: 100 m³/h; Garantia: 1 Ano; Certificado: INMETRO. Acessórios inclusos: Manual de instrução;	unid	2	
12	Bebedouro industrial 50 litros de coluna, armazena 50 litros de água gelada, atende em média 150 pessoas/h, com revestimento externo em chapa de aço inox, com 02 (duas) torneiras de rosca cromada, aparador de água frontal em aço inox com dreno, sistema de refrigeração embutido, refrigeração por compressor, serpentina em aço inox, reservatório em polipropileno atóxico; isolamento térmico em ps, boia controladora do nível de água, tomada 3 pinos conforme normas da ABNT, gás r134a ecológico, com nível de temperatura, filtro com carvão ativado, potência (280w), tensão de 127 volts, certificado INMETRO. Garantia de 12 meses.	unid	1	



1.2 Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. Aviso de Dispensa Eletrônica
- 1.2.3. A Proposta do contratado; e
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 2.1. A contratação vigerá por 06 (seis) meses, contados da assinatura do termo contratual.
- 2.2. Neste tipo de aquisição não há que se falar em prorrogação.
- 2.3. O valor total dos objeto do presente contrato é de R\$48.400,00 (quarenta e oito mil e quatrocentos reais)
Pagos em uma única parcela.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO E MODELOS DE EXECUÇÃO (art. 92, IV, VII).

3.1. A **aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos)**, por meio de empresa especializada, conforme demandas da **Fundação Municipal de Cultura, Lazer e Turismo – FUMCULT**.

A presença desses equipamentos é imprescindível para o bom funcionamento institucional, garantindo a continuidade das atividades socioculturais oferecidas à população, bem como o adequado suporte aos espaços sob gestão da Fundação, contribuindo para o fortalecimento da cultura, do lazer, do turismo e das ações administrativas.

3.2. Os materiais serão recebidos pelo responsável do acompanhamento e fiscalização do contrato MYRNA DE FÁTIMA JERONIMO, para efeito de posterior verificação de sua conformidade.

3.3. O fornecimento dos materiais deverá ser realizado em uma única remessa, atendendo integralmente às especificações constantes no presente Termo de Referência.

3.4. O prazo de entrega será estabelecido em contrato, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho.

3.5. O material deverá ser entregue no endereço da sede da FUMCULT – Alameda Cidade Matozinhos de Portugal, nº 153 – Bairro Basílica – Congonhas/MG, no horário de 08:00 às 15:00h.

3.5.1. A Contratada ficará responsável por todas as despesas decorrentes, tais como tributos, fretes, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários, seguros e demais custos relacionados, sem qualquer ônus adicional para a Fundação.

3.6. Os materiais fornecidos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, caso não estejam em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência.



3.5. Em caso de rejeição, a empresa contratada deverá providenciar a substituição dos itens em até 10 (dez) dias corridos, a contar da data da notificação formal, sem quaisquer custos adicionais para a Administração Pública e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e em contrato.

3.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – GESTÃO DO CONTRATO

5.1. A fiscalização decorrente desta contratação, será acompanhada e fiscalizada pelos servidores Carlos Eustáquio Mendes indicados no item “5.8.2” ou pelo respectivo substituto designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidia-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

5.2. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

5.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidia-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

5.5. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

5.6. Os gestores dos contratos serão os servidores indicados no item “5.8.1” com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

5.6.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento.

5.6.2. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato.

5.6.3. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado



5.6.4. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços. 7. O contratado deverá indiciar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail), com poderes para representá-lo perante essa Fundação na execução do contrato decorrente da licitação objeto deste contrato.

5.7. O contratado deverá manter o preposto aceito pela Administração durante todo o fornecimento do bem para representa-lo na execução do contrato.

5.8. Gestores e Fiscais dos contratos:

5.8.1. A gestão do contrato será designada à servidora MYRNA DE FÁTIMA JERÔNIMO - DIRETORA DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS, matrícula: 20140212 com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, conforme disposto no Título II, Capítulo I, Seção IV do Decreto Municipal nº 7.963 de 17 de dezembro de 2024.

5.8.2. A fiscalização decorrente desta contratação, será acompanhada e fiscalizada pelo servidor CARLOS EUSTÁQUIO MENDES, servidor efetivo, matrícula: 20140194, que deverá cumprir o disposto no Título II, Capítulo I, Seção IV do Decreto Municipal nº 7.963 de 17 de dezembro de 2024.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

6.1. O recebimento do objeto do contrato, decorrente da referida contratação, se dará:

6.1.1. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

6.3. O prazo para liquidação da despesa será de 15 (quinze) dias úteis, a contar do atesto da nota fiscal pela Administração.

6.3.1. Para os fins de liquidação, deverá ser observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato.

6.4. O prazo para pagamento, será de 15 (quinze) dias úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

6.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos serão reduzidos pela metade.



6.6. Estes prazos poderão ser excepcionalmente prorrogados, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não serão computados no prazo fixado.

6.8. Na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

6.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam: inscrição no CPF ou no CNPJ; inscrição no cadastro de

contribuintes estadual e/ou municipal; regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal; regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS; regularidade perante a Justiça do Trabalho; cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

6.10. Previamente ao pagamento, a Administração deve verificar a manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, mediante a consultas no CEIS e CNJ, ou outros que lhe sobrevierem.

6.11. A eventual perda das condições de que trata o caput não enseja, por si, retenção de pagamento pela Administração.

6.12. Verificadas quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, a Administração deverá notificar o fornecedor contratado para que regularize a sua situação, no prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo do pagamento do montante devido.

6.12.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

6.13. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



6.15.1. As retenções referentes ao Imposto sobre a Renda serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, nos termos da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 e do Decreto Municipal nº 7.963/2024.

6.15.2. Não será efetuado o pagamento de Documento Fiscal emitido em desconformidade com as normas supracitadas.

6.15.3. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à

retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

6.16. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

Órgão: 20.000 Fundação Municipal de Cultura lazer e Turismo

Unidade: 01- Coordenação da Fundação Municipal

Função: 13.391.0047.8014 - Outros Recursos não Vinculados

Atividade: 44.90.5200.00.00- Equipamentos e Materiais Permanentes

Fonte: 1501- Manutenção de Museus e Teatro

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

8.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



8.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;

8.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. A CONTRATADA obriga-se a:

9.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no contrato e termo de referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste contrato, o objeto com avarias, defeitos de fabricação ou não atenderem as especificações técnicas deste termo;

9.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CRITÉRIOS E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

10.1. A empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do decreto federal nº 7.746/2012,



são
práticas

considerados critérios e
sustentáveis, entre outras:

- a) Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- g) Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- h) Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

10.2. A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente.

10.3. Com relação aos critérios de sustentabilidade, os produtos deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando, sempre que possível e disponível, tecnologias e materiais ecologicamente corretos, bem como promovendo a racionalização de recursos naturais.

10.4. Na execução dos serviços objeto deste termo de referência a empresa contratada deverá obrigatoriamente promover as práticas de sustentabilidade ambiental, conforme o disposto na Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPDG, e adotar as seguintes práticas sustentáveis, quando couber:

10.4.1. Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

10.4.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

10.4.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

10.4.4.

se fizerem necessários, para a execução de serviços;

10.5.5. Realizar programa interno de treinamento de seus empregados, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual

com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais,

quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

12.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento

dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.1.9. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

12.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.2.3.
quando

Pedir para ser desclassificado encerrada a etapa competitiva;

12.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do contrato;

12.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.2.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação.

12.2.9. Fraudar a contratação.

12.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.2.10.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.2.10.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.2.10.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.2.10.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.

12.2.11. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.11.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.11.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “12.1.2”, “12.1.3” e “12.1.4” do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.11.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “12.1.5”, “12.1.6”, “12.1.7” e “12.1.8” do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas “12.1.2”, “12.1.3” e “12.1.4”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.11.4. Multa:

12.2.11.4.1. Moratória de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, o que configura inexecução parcial;

12.2.11.4.2. Moratória de 20% (vinte por cento), por atraso superior a 30 (trinta) dias, o que configura inexecução total do contrato.

12.2.11.5. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.



12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021):

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente

devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)



12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos

devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO.

14.1. É prevista a aplicação da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 6.826, de 27 de maio de 2019, de acordo com a seguinte cláusula: “Na forma da Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 6.826/2019, para a execução deste contrato,



nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se

comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por contra própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, gestores, fiscais, Servidores Públicos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.”

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO.

17.1. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial (art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).



17.2.

Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, conforme determina o art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

A divulgação no Portal Nacional de Contratações

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Congonhas/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Congonhas, 16 dezembro 2025

PEDRO GERALDO
CORDEIRO:61393568653

Assinado de forma digital por PEDRO
GERALDO CORDEIRO:61393568653
Dados: 2025.12.16 13:54:26 -03'00'

Representante legal do CONTRATANTE

ELCIO CARLOS
MACHADO:52054047600

Assinado de forma digital por ELCIO
CARLOS MACHADO:52054047600
Dados: 2025.12.16 15:03:05 -03'00'

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS: 1-

2-